

## RESULTADO

# Chapa 1 - Unidade, Resistência e luta vence com 66% dos votos da categoria

**E**m eleições realizadas de forma tranquila nos dias 21 e 22 últimos, a Chapa 1 – Unidade, Resistência e Luta venceu o pleito que definiu a Direção Executiva, o Conselho Fiscal e os respectivos suplentes do SINDISAN para o triênio 2020-2023.

Com participação maciça da categoria, o atual presidente do sindicato, Silvio Sá, foi reconduzido ao cargo com os votos da maioria dos filiados e filiadas. Após a apuração, que terminou por volta das 20h da terça-feira (22), foram computados 820 votos para a Chapa 1 (66,34%); 369 votos para a Chapa 2 – Luta e Transparência (29,85%); 31 votos nulos (2,52%); e 16 em branco (1,29%), num total de 1.236 votantes.

Silvio Sá agradeceu a todos que participaram do processo eleitoral e, também, aos membros da atual direção do sindicato e da Chapa 1 pelo empenho e dedicação.

"Também agradeço à categoria por nos proporcionar uma expressiva vitória, que foi um reconhecimento pela atuação firme da atual direção ao longo dos últimos três anos, onde o sindicato se fez presente, comprometido com as pautas e as lutas da nossa classe, sempre com dedicação e muito empenho", destacou Silvio Sá.

"Agora não tem mais Chapa 1 ou Chapa 2. A eleição terminou. Somos todos SINDISAN e devemos todos lutar pelo melhor para os trabalhadores e trabalhadoras da DESO, da COHIDRO e dos SAAEs, principalmente lutar contra a privatização das nossas companhias de saneamento e por mais direitos e conquistas para a categoria", enfatizou o presidente reeleito.

A posse da nova Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e suplentes do SINDISAN está prevista para o próximo dia 10/10, em cerimônia simples, em função da pandemia, respeitando todas as recomendações sanitárias contra a Covid-19.



▲ Registro da votação na sede da COHIDRO



▲ O processo de apuração dos votos aconteceu na sede do sindicato

## Correios: perda de direitos históricos acende alerta

No último dia 21, os ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgaram o dissídio coletivo dos trabalhadores dos Correios e decidiram, por 4 votos a 3, manter somente 29 das 79 cláusulas do último Acordo Coletivo, que também fora celebrado através de um dissídio no TST. Os ministros decidiram, por 5 a 2, que a Greve não foi abusiva, porém os trabalhadores vão ter que arcar com o desconto salarial de 50% dos dias parados além de compensar a outra metade.

Diante dessa decisão, que prejudicou enormemente os trabalhadores dos Correios, acende-se um sinal de alerta para

as demais categorias: há uma clara propensão do TST em apoiar a retirada de direitos históricos garantidos em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho, isso num claro alinhamento com as políticas de destruição dos direitos dos trabalhadores, adotadas pelos governos pós-golpe de 2016 - Temer e, agora, Bolsonaro.

Há motivos de sobre para os trabalhadores da DESO, COHIDRO e SAAEs ficarem com as barbas de molho, pois o exemplo dos Correios pode vir a se repetir com outras categorias. No caso da DESO, por exemplo, o SINDISAN, com muita negociação, conseguiu ampliar a vigência do atual

Acordo Coletivo, com todas as suas conquistas, até 2021; uma vitória. Mas será preciso muita força e muita mobilização para evitar que se repita na Companhia os cortes nefastos que aconteceram nos Correios, cujos trabalhadores sofreram um corte de até 40% da remuneração.

Será preciso muita luta e trabalhar muito a consciência de classe, pois, com a política do governo que está no poder, haverá ataque sucessivos aos direitos dos trabalhadores. Não custa lembrar que boa parte dos funcionários dos Correios, de forma alienada, apoiou e pediu voto para Bolsonaro. Estão agora pagando caro por isso!

## DIA DE LUTA

# Dia 30 tem Caminhada em Defesa dos Serviços Públicos e Contra a Reforma Administrativa

Com a intenção declarada de explodir os serviços públicos no Brasil, Bolsonaro, Mourão e Guedes apresentaram, em plena pandemia, uma proposta de Reforma Administrativa (PEC 32/2020) que tem por objetivo o desmonte total dos serviços públicos.

No dia 30 de setembro, quarta-feira, sindicatos, centrais sindicais e movimentos sociais farão a Caminhada em Defesa dos Serviços Públicos e Contra a Reforma Administrativa do Governo Bolsonaro, marcada para as 15 horas, com concentração na Praça Camerino, em Aracaju. Em todo o Brasil, o dia será marcado por protestos presenciais e nas redes sociais contra a Reforma Administrativa de Bolsonaro.

Se aprovada, a reforma prejudicará não apenas os servidores públicos, mas toda a população, principalmente aquela que necessita integralmente desses serviços na área de saúde, educação, assistência social, políticas públicas, entre outros.

Na reunião ministerial, que aconteceu no dia 22 de abril deste ano, o ministro da Economia Paulo Guedes chegou a dizer a frase "nós já botamos a granada

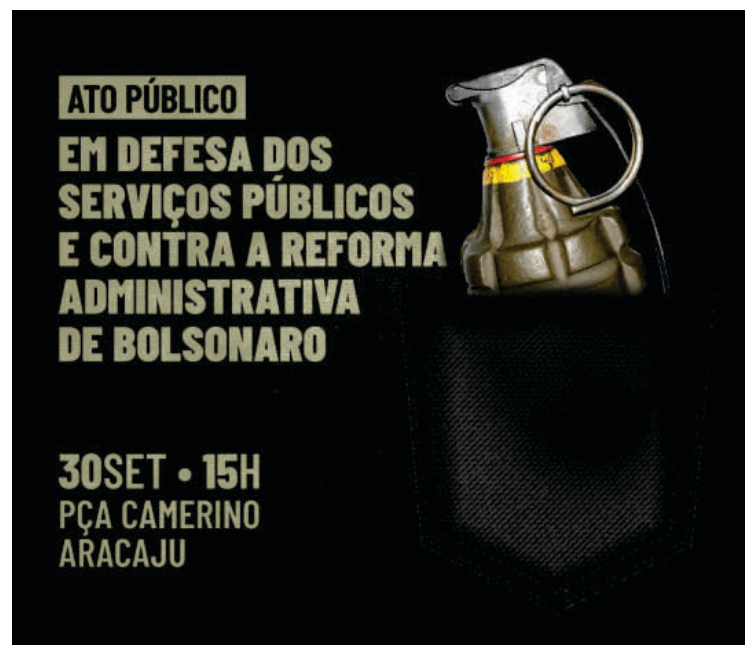
no bolso do inimigo: 2 anos sem aumento", ao se referir aos salários dos servidores públicos. A fala reforça a postura genocida e negligente do governo diante de um país que enfrenta uma pandemia.

Com a Reforma Administrativa, a intenção do governo é ampliar as privatizações, retirar direitos do funcionalismo das três esferas e aumentar a precarização do trabalho e dos serviços públicos. A Reforma Administrativa é uma forma de reduzir a atuação do Estado para a população que mais necessita, além submeter o Estado completamente aos interesses de grandes empresários, multinacionais e banqueiros.

Portanto, todos

e todas à luta contra a Reforma Administrativa que pretende acabar de vez com os serviços e com o servidores públicos no Brasil.

(Com informações da CUT/SE)



## PESQUISA/IBGE

# Renda dos trabalhadores cai 20% e inflação aumenta

O desprezo do desgoverno de Jair Bolsonaro pelas camadas mais pobres da população mantém em alta a inflação dos alimentos, principal gasto das famílias das classes D e E. Segundo divulgou, no último dia 23, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – 15 (IPCA-15) ficou em 0,45% em setembro – a maior para o mês desde 2012, quando ficou em 0,48%.

A alta foi pressionada justamente pelos preços dos alimentos e bebidas, que subiram 1,48% no período. O maior impacto foi causado pelas altas das carnes, tomate, óleo de soja e arroz. As carnes ficaram 3,42% mais caras, e tiveram o maior

impacto dentro do grupo. Também ficaram mais caros o tomate (22,53%), o óleo de soja (20,33%), o arroz (9,96%) e o leite longa vida (5,59%). Os três últimos itens acumularam altas de 34,94%, 28,05% e 27,33% no ano, respectivamente.

Os transportes, com alta de 3,19%, também pesaram, puxados pela gasolina, que ficou 3,19% mais cara. O óleo diesel (2,93%) e o etanol (1,98%) também apresentaram alta. Apenas o gás veicular registrou queda de 2,58%.

O indicador – que é considerado uma prévia da inflação oficial do país – mostrou aceleração em relação ao índice de agosto, quando ficou em 0,23%. No ano,

a prévia da inflação acumulou alta de 1,35% e, em 12 meses, atingiu 2,65%.

Ao mesmo tempo, a renda do trabalhador brasileiro caiu, em média, 20,1%, segundo a pesquisa 'Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro', publicada pela Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), que mediu pela primeira vez os efeitos da pandemia da Covid-19 em um trimestre fechado. No cálculo, consideram-se mercados formal e informal e também a parcela de trabalhadores sem emprego.

(Leia mais no site da CUT)